

Padre: “Temer cometeu crime na Flona Jamanxim”

Revoltado com o decreto assinado pelo presidente Michel Temer (PMDB) que diminuiu a área da Flona do Jamanxim, localizada na região sudoeste do Pará, o coordenador da Frente em Defesa da Amazônia (FDA), padre Edilberto Sena, declarou, em entrevista exclusiva à nossa reportagem, que ficou revoltado com o chefe do Poder Executivo Nacional.



padre Edilberto Sena

O Governo Federal publicou no dia 20 deste mês duas Medidas Provisórias, a MP 758 e a 756, que alteram os limites de quatro Unidades de Conservação (UCs) localizados no estado do Pará. As medidas colocam em risco a proteção legal das áreas que já sofrem com o desmatamento e o aumento dos conflitos fundiários e de grilagem de terras na Amazônia.

A MP 758 altera os limites do Parque Nacional de Jamanxim e da Área de Proteção Ambiental do Tapajós e foi criada para atender a passagem da Estrada de Ferro (EF) 170, linha férrea que fará o transporte de grãos do Mato Grosso ao Pará até o porto de Miritituba, de onde serão exportados.

Já a MP 756, além de modificar os limites da Floresta Nacional (Flona) do Jamanxim e do Parque Nacional do Rio Novo, criará uma Área de Proteção Ambiental do Jamanxim. Todas essas UCs ficam na região sudoeste do Pará que é também cortada pela BR-163.

Para o padre Edilberto, o decreto de Temer se consolida, como “mais um crime hediondo legalizado na Floresta Amazônica”. O religioso critica duramente o gestor nacional. “Como pode um governo passageiro assinar um decreto como esse de duração constante e efeitos irreversíveis? Michel Temer sem o menor escrúpulo, decreta a diminuição de uma Floresta Nacional sem escutar os técnicos do IMPA, do IBAMA, do ICMBIO, das comunidades que são afetadas. Já desde o governo Dilma vinha acontecendo a invasão da Floresta Nacional do Jamanxim. Fazendeiros, madeireiros, garimpeiros, todos grilaram terras da Flona Jamanxim. Na época, pensaram em desmembrar 300 mil hectares dos um milhão, trezentos e um mil hectares originais. Tal proposta era para legalizar a grilagem já ocorrida, sem que o ICMBIO desse conta de evitar. Não resolveu o problema”, dispara padre Edilberto.

Segundo ele, mesmo podendo ser afastado do cargo em poucos meses, o presidente Michel Temer, agravou a situação na Flona Jamanxim. “Agora, o governo mais interino do que o de Dilma amplia o crime. Michel Temer atende aos interesses da voracidade dos 250 grileiros posseiros que estão dentro da Flona e chegando mais. Por Decreto pessoal, Temer diminui 43% da floresta grilada. Isto reduz 743.540 hectares da Flona. Boa parte desta área já é hoje pasto de fazendas, com 105 mil cabeças de gado, é área de garimpos ilegais e de exploração madeireira. Nenhum desses posseiros grileiros foi punido, mas a floresta e os rios foram”, aponta padre Edilberto.

CONFLITO: De acordo com ele, a morte do sargento do Grupamento Tático Operacional (GTO), João Luiz Pereira, de 45 anos, em junho deste ano, marcou os conflitos ocorridos na Flona Jamanxim. “Quem foi punido foi o policial que acompanhava o ICMBIO, há alguns meses, numa inútil fiscalização e foi assassinado pelo madeireiro. Afinal, o governo aceita ser submisso aos donos de áreas griladas e protegidas por balas de 38 e das cartucheiras!”, exclama padre Edilberto.

Para ele, decretos como o documento assinado pelo presidente

Michel Temer contribuem para o desmatamento da Amazônia e o aumento dos conflitos no campo. “Assim vão se reduzindo as florestas, a biodiversidade, e poluindo os rio. Segundo informações dos IMPA, só neste ano que está terminando foram desmatados cerca de 8 mil quilômetros de floresta na Amazônia. O Pará é o segundo maior estado desmatador e a Flona Jamanxim está neste perímetro amazônico”, revela padre Edilberto.

CONIVÊNCIA: De acordo com ele, os políticos da região são cúmplices desses crimes, por falta de coragem de defender o território amazônico, da devastação. Sena afirma que nem os políticos municipais, os estaduais e os federais defendem a Amazônia. “Quem defende a floresta e sua biodiversidade? Um exemplo do que ocorre com a Flona Jamanxim é o caso de Santarém. Dentro da cidade, de frente para o belo rio Tapajós, de um lado a multinacional CARGILL implantou um porto moderno, aplaudido por empresários e políticos. Invadiu o rio, destruiu parte de um sítio arqueológico e se apossou de um quarteirão de lazer popular. Exporta de em torno de dois milhões e oitocentos mil toneladas de soja por ano e emprega apenas 450 trabalhadores. Do outro lado da cidade, está a entrada de um belo lago, em frente ao rio Amazonas. Ali se anuncia construção de quatro grandes portos graneleiros semelhantes ao da CARGILL. Todos são forasteiros e um é estrangeiro. No momento parte da sociedade civil, moradores de nove bairros que serão diretamente prejudicados, lutam contra o absurdo dos portos que invadirão a APA Maicá. Mas 98 por cento dos 21 atuais vereadores estão abertamente favoráveis aos projetos portuários, sacrificando a Área de Proteção Ambiental. Resistir é preciso, mas são poucos os dispostos a se arriscar a enfrentar esse monstro de dez chifres”, critica padre Edilberto.

FLONA DO JAMANXIM: Criada em fevereiro de 2006 pelo Decreto Presidencial nº 10.770, a Flona do Jamanxim está localizada a noroeste da rodovia Santarém-Cuiabá (BR-163), na divisa entre os estados do Pará e Mato Grosso. Tem um perímetro de

1.301.120 hectares. A Flona do Jamanxim, é o maior conjunto de unidades de conservação do País. Ela foi criada em 2006, com mais de 1,3 milhão de hectares, para diminuir o desmatamento da Amazônia trazido pela BR-163. Além disso, permite o uso sustentável de recursos florestais. Com a criação da Flona, o governo queria barrar o avanço do desmatamento em uma das principais fronteiras na Amazônia. Dez anos depois da implementação da reserva, o governo ainda não pagou indenizações aos ocupantes e os limites da Flona estão sendo novamente discutidos.

Segundo a Polícia Civil, durante a operação, os agentes do Ibama incendiaram um acampamento de madeireiros. No caminho de volta, os agentes ficaram presos em um atoleiro e ao retornarem, surpreenderam um homem no local. O sargento ainda deu voz de prisão ao suspeito que conseguiu fugir. Houve perseguição e o sargento foi atingido por dois tiros. O policial ainda conseguiu voltar e pedir ajuda, mas não resistiu e morreu a caminho da cidade.

Por: Jefferson Miranda /0 Impacto

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) E-mail:folhadoprogresso@folhadoprogresso.com.br

[Lava Jato apura se ex-senador](#)

transformou igreja em lavanderia de dinheiro com aval de padre

BIO, AGNELO QUEIROZ, GIM ARGELLO E GUSTAVO, GRUBA, 2014, Ceilândia/DF; QUE sempre solicitou ajuda financeira para os fiéis e para as empresas, tanto para fazer a festa quanto para construir o referido Centro, possui uma área de 20,6ha, na qual o templo possui 12.226m² mais 30.000 m² de estacionamento; QUE no ano de 2014 recebeu 3 (três) doações remetidas por empreiteiras, sendo uma da VIA ENGENHARIA S.A, no valor de R\$ 300 mil em 14/04/2014, uma da OAS no valor de R\$ 350 mil em 19/05/2014, e uma da ANDRADE GUTIERREZ, no valor de R\$ 300 mil no dia 04/06/2014, conforme extratos bancários e recibos que apresenta neste ato, acompanhado dos balancetes da Paróquia MITRA; QUE ao mesmo tempo que tais doações eram recebidas na conta da Paróquia o declarante tomava conhecimento, tendo sido avisado que tais doações foram efetivadas, tendo conhecimento de que a doação de R\$ 350 mil, oriunda da OAS foi decorrente de pedido feito por GIM ARGELLO, sendo as duas a pedido do então Governador AGNELO QUEIROZ; QUE assim como GIM, AGNELO QUEIROZ, era frequentador de sua igreja e disseram ao declarante que iriam tentar obter doações com empresários para a festa de PENTECOSTES DE 2014, que ocorreu no mês de junho daquele ano; QUE eles não mencionaram quais empresas iriam fazer doações, sendo que o declarante só tomou conhecimento do nome da empresa OAS no momento em que foi intimado para a presente audiência, pois nunca tinha ouvido falar nesta empresa; QUE das três empreiteiras que fizeram aquelas três doações, o declarante somente reconheceu a

Rasgadinho – recibo paroquia sao pedro

Foto- Gim Argello e o padre Moacir -Uma equipe de investigadores da Lava Jato vai fazer uma devassa nas contas da Paróquia de São Pedro, em Brasília, para descobrir como o padre Moacir Anastácio Carvalho gastou cada centavo de quase um milhão de reais recebidos das empreiteiras OAS, Andrade Gutierrez e Via Engenharia, em 2014. O Ministério Público suspeita que o ex-senador Gim Argello (PDT-DF), preso e denunciado na Lava Jato, e o ex-governador do Distrito Federal Agnelo Queiroz (PT) tenham transformado a Casa de Deus em lavandeira com o consentimento do padre para legalizar dinheiro de propina.

Em depoimento prestado na quinta-feira em Curitiba, ao qual

VEJA teve acesso, o religioso admitiu que costuma pedir dinheiro a empresários e a fiéis que frequentam a paróquia que administra. Como justificativa, Moacir alegou que a igreja possui uma área de 20,6 hectares e que está construindo com muito sacrifício um templo de 12,2 mil metros quadrados para acomodar uma das maiores festas religiosas do país, Pentecostes, que começa neste domingo e reúne mais de 3 milhões de pessoas em três dias de celebração. O evento a que o padre se refere é famoso em Brasília por mesclar uma espécie de altar com palanque, no qual políticos costumam pegar o microfone da mão do padre para pedir votos em época de eleição ou exaltar os próprios feitos quando estão exercendo mandato ou cargos no Executivo.

Ao prestar depoimento ao delgado federal Luciano Flores, padre Moacir apresentou três recibos e um extrato bancário. Pelos documentos, o religioso recebeu três repasses de empreiteiras em 2014. O primeiro, no dia 14 de abril, foi de 300 000 reais e veio da Via Engenharia. Segundo ele, a caridade foi obra de Agnelo Queiroz, que é investigado na Lava Jato justamente por carregar nas costas a suspeita de receber propina da empreiteira na construção do bilionário Estádio Mané Garrincha. A segunda doação ocorreu no dia 19 de maio no valor de 350 000 reais. Dessa vez o dinheiro veio da OAS e foi costurado por Gim Argello, que frequenta a paróquia do padre Moacir há mais de 10 anos. Duas semanas depois caiu na conta da igreja outros 300 000 reais, fruto da boa vontade da Andrade Gutierrez, cujo ex-presidente, Otávio Azevedo, está preso acusado de pagar propina na obra da usina nuclear Angra 3.

Os investigadores trabalham com a hipótese de que o dinheiro depositado na conta da igreja de Brasília é parte da propina que Gim Argello recebeu para manter executivos de empreiteiras bem longe das comissões de inquérito que investigavam corrupção na Petrobras no Senado e na Câmara, há dois anos. Gim, Agnelo, o padre e as empreiteiras negam tudo, claro. “Os

políticos disseram que iam conseguir dinheiro para a festa junto a empresários, mas não mencionaram quais empresas”, disse o padre em depoimento. “Só tomei conhecimento que parte do dinheiro veio da OAS quando fui intimado”, completou.

Apesar de o religioso não constar na lista dos denunciados na de sexta-feira, a Polícia Federal vai continuar em seu encaço. Os investigadores vão analisar toda a contabilidade da paróquia para atestar se a instituição foi usada para lavar dinheiro de corrupção. Em depoimento, o padre jurou que não devolveu um tostão para Gim Argello e Agnelo Queiroz. “Usei 800 000 reais na festa e o restante em obras de terraplenagem do estacionamento do centro de evangelização”, sustenta.

O advogado do padre, Wellington Medeiros, disse que o seu cliente não teme a devassa da PF nas contas da paróquia e que até já se adiantou, deixando com os investigadores da Lava-Jato uma mala contendo todos os documentos contábeis da igreja, incluindo notas, extratos, cópia de cheques e balanços. “Nem sempre as pessoas entendem que é muito caro construir um templo de 12,2 mil metros quadrados em uma cidade em que cada metro quadrado construído custa 2,2 mil reais”, defende-se.

Apesar de ser obrigatório os sacerdotes selarem voto de pobreza no momento da ordenação, o padre Moacir montou já usando batina uma empresa chamada MAC – Livros e Artigos Religiosos para comercializar publicações de sua autoria. O religioso também é proprietário de um apartamento comprado em Fortaleza, em 2008, e mais dois imóveis na cidade de Águas Claras, no Distrito Federal, comprados depois que passou a se dedicar à igreja. Depois que o padre levou a sua paróquia para as páginas da Lava Jato, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) determinou que ele não passe mais o microfone para políticos em seus shows religiosos. Até segunda ordem.

Por VEJA

Publicado por Folha do Progresso fone para contato Cel. TIM:
93-981151332 / (093) WhatsApp (93) 984046835 (Claro) Fixo:
9335281839 *e-mail para contato:
folhadoprogresso@folhadoprogresso.com.br